

REVISÃO[®]



COORDENAÇÃO
FREDERICO AMADO
IVAN KERTZMAN
LUANA HORIUCHI

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

5ª edição

Revista, ampliada e atualizada

1320

**QUESTÕES
COMENTADAS**

*alternativa por alternativa por
autores especialistas*

2018



EDITORA
*Jus*PODIVM

www.editorajuspodivm.com.br

Capítulo 1 – Histórico da Seguridade Social

✦ QUESTÕES

01. (Cespe - Técnico do Seguro Social – INSS/2016) A Lei Eloy Chaves, que criou em cada uma das empresas de estradas de ferro existentes no país uma caixa de aposentadoria e pensões para os respectivos empregados, foi o primeiro ato normativo a tratar de seguridade social no Brasil.

COMENTÁRIOS

Questão Errada. A Lei Eloy Chaves é o marco da previdência social brasileira, mas não é o primeiro ato normativo a tratar de seguridade social no Brasil. Antes dela, por exemplo, a própria Constituição de 1824 já havia criado as casas de socorros públicos e em 1919 foi instituído o seguro obrigatório de acidente de trabalho pela Lei 3.724, além de uma indenização a ser paga, obrigatoriamente, pelos empregadores aos seus empregados acidentados.

02. (Cespe - Técnico do Seguro Social – INSS/2016) Na década de 30 do século passado, as caixas de aposentadoria e pensões foram reunidas nos institutos de aposentadoria e pensão, organizados pelo Estado como autarquias federais. Em 1966, esses institutos foram transformados no INPS.

COMENTÁRIOS

Questão Anulada. Durante a década de 20, diversas Caixas de Aposentadoria e Pensão - CAPs foram criadas por empresa. A partir da década de 30, tais caixas foram sendo unificadas por setor econômico (ferroviários, bancários, comerciários etc.) em Institutos de Aposentadoria e Pensão, organizados pelo governo como Autarquias. A questão foi anulada porque o instrumento normativo que unificou os Institutos de Aposentadoria e Pensão - IAPs no INPS foi o Decreto-Lei 72 de 21 de novembro de 1966, vigente a partir de 01/01/1967. Como a vigência foi somente a partir de 1967 a o gaba-

rito preliminar considerou a questão correta, a banca achou mais adequado o cancelamento da questão.

03. (FUNRIO – Analista do Seguro Social – INSS/2014). Qual foi a primeira norma legal a instituir a previdência social no Brasil?

- a) A Constituição de 1824.
- b) A Constituição de 1946.
- c) A Lei Áurea.
- d) A Lei Orgânica da Previdência Social de 1960.
- e) O Decreto Legislativo nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923, conhecido como Lei Eloy Chaves.

COMENTÁRIOS

✦ **Nota dos autores:** A Lei Eloy Chaves determinou a criação de uma Caixa de Aposentadoria e Pensões em cada uma das empresas ferroviárias, visando tutelar os seus empregados, assim considerados não só os que prestavam os seus serviços mediante ordenado mensal, como também os operários diaristas, de qualquer natureza, que executavam serviço de caráter permanente, desde que tivessem mais de seis meses de serviços contínuos em uma mesma empresa.

Alternativa correta: letra E. No Brasil, prevalece doutrinariamente que a previdência social nasceu com o advento da Lei Eloy Chaves, em 1923 (Decreto-lei 4.682), que determinou a *criação das caixas de aposentadorias e pensões para os ferroviários, mantidas pelas empresas*, pois naquela época os ferroviários eram bastante numerosos e formavam uma categoria profissional muito forte. Nesse sentido, o dia da Previdência Social no Brasil é comemorado oficialmente no dia 24 de janeiro, justamente porque nessa data começou a vigorar a Lei Eloy Chaves.

Alternativas “a”, “b”, “c” e “d” erradas via de consequência. Vale registrar que a Lei 3.807/1960 (Lei Orgânica da Previdência Social – LOPS) unificou a legislação

de previdência urbana dos antigos Institutos de Previdência por categoria profissional.

04. (CESPE – Procurador BACEN/2013). Considerando a evolução histórico-legislativa e os princípios da seguridade social no Brasil, assinale a opção correta.

- Com o advento da CF, a seguridade social foi adotada e disciplinada sistematicamente pela primeira vez no Brasil, sendo-lhe dedicado um capítulo integral no texto constitucional e implementadas, desde então, significativas mudanças na área, como, por exemplo, a progressiva extinção do critério de escala do salário-base, prevista na Lei de Custeio.
- A seguridade social no Brasil é organizada com base em vários princípios constitucionais, entre os quais se inclui o princípio da equidade na forma de participação no custeio, segundo o qual é necessária a participação idêntica de todos, com alíquotas iguais, para garantir o atendimento ao princípio da igualdade.
- A seguridade social é financiada diretamente por toda a sociedade, por meio de recursos provenientes dos orçamentos da União, do Distrito Federal, dos estados e dos municípios, que destinam parte do pagamento dos tributos a esse fim, e, indiretamente, por meio das contribuições do empregador, do empregado ativo e do empregado aposentado.
- O INSS, importante órgão na estrutura da seguridade social brasileira, foi instituído no Brasil na década de noventa do século XX, como autarquia federal, mediante fusão do Instituto de Administração da Previdência e Assistência Social com o Instituto Nacional de Previdência Social.
- Desde 1919, já havia legislação sobre acidente de trabalho no Brasil, entretanto, somente com a publicação da Lei Eloy Chaves, em 1946, foram implementadas as primeiras experiências previdenciárias, tendo a referida lei criado caixas de aposentadorias e pensões para os empregados das empresas ferroviárias e aeroferroviárias brasileiras.

COMENTÁRIOS

🔗 **Nota dos autores: a criação do INSS deu-se com a fusão do INPS com o IAPAS.** Lembre-se de que o INPS era a autarquia responsável pela administração dos benefícios previdenciários, enquanto o IAPAS era o órgão voltado para o custeio da previdência social, contendo a estrutura de arrecadação, fiscalização e cobrança. Questões de concursos públicos frequentemente contêm proposições, sugerindo que o INSS surgiu da fusão do INPS com o INAMPS, já que estas duas autarquias são as mais lembradas pela população. Note-se que o papel do INAMPS era o de prestação de assistência médica que, como já visto no capítulo 1, atualmente, é de competência do SUS – Sistema Único de Saúde.

Alternativa correta: letra “d”: em 1990, a Lei 8.029/90 criou o INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, com a junção do Instituto Nacional de Previdência Social – INPS com o IAPAS – Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social.

Alternativa “a”: está errada. A assertiva não indica a qual CF se refere. De fato, foi a Constituição de 1988 que utilizou, pela primeira vez, a expressão seguridade social abrangendo as áreas de saúde, assistência social e previdência social, dedicando-lhe o Capítulo II, do Título VIII. Entretanto, foi a partir da competência 04/2003, por força da **Lei 10.666/2003, art. 9º, que foi extinta a escala transitória de salário-base.**

Alternativa “b”: está errada. Ao contrário do que afirma a questão, o princípio da equidade na forma de participação no custeio, disposto no art. 194, parágrafo único, V, da CF/88, prega que, para se definir a participação no custeio da seguridade social, levar-se-á em consideração a capacidade de cada contribuinte. Esse princípio se relaciona, também, com o princípio tributário da capacidade contributiva. A progressividade das alíquotas de contribuição de determinados segurados e as alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas para determinados ramos empresariais são, desta forma, reflexos do princípio da equidade na participação do custeio.

Alternativa “c”: está errada. A Constituição ordena que a seguridade social seja financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, mediante recursos provenientes do Governo, das empresas e dos trabalhadores. Entretanto, o inciso II, do artigo 195, da Carta Magna, veda, expressamente, a incidência de contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo RGPS. Ademais o financiamento direto se dá por meio das contribuições sociais.

Alternativa “e”: está errada. Realmente, em 1919, foi instituído o seguro obrigatório de acidente de trabalho pela Lei 3.724 e, também, uma indenização a ser paga, obrigatoriamente, pelos empregadores aos seus empregados acidentados. **Com a publicação da Lei Eloy Chaves em 1923 (e não 1946, como afirmado),** Decreto-Legislativo 4.682, de **24/01/23**, foram criadas as Caixas de Aposentadoria e Pensão – CAP’s – **para os empregados das empresas ferroviárias** (e não aos “aeroferroviários”), mediante contribuição dos empregadores, dos trabalhadores e do Estado, assegurando aposentadoria aos empregados e pensão aos seus dependentes.

05. (FCC – Técnico do Seguro Social – INSS/2012) O INSS, autarquia federal, resultou da fusão das seguintes autarquias:

- INAMPS e SINPAS.
- IAPAS e INPS.
- FUNABEM e CEME.

- d) DATAPREV e LBA.
e) IAPAS e INAMPS.

COMENTÁRIOS

🔗 **Nota dos autores:** Esta mesma questão se repete em diversas outras provas de concurso público, mas, geralmente, consta ainda alternativa que afirma, equivocadamente, que o INSS nasceu da fusão do INPS com o INAMPS.

Alternativa correta: letra “b”. No ano de 1977, foi instituído o SINPAS – Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social, responsável pela integração das áreas de assistência social, previdência social, assistência médica e gestão das entidades ligadas ao Ministério da Previdência e Assistência Social. O SINPAS contava com os seguintes órgãos:

- **INPS** – Instituto Nacional de Previdência Social – autarquia responsável pela administração dos benefícios;
- **IAPAS** – Instituto de Administração Financeira da Previdência Social – autarquia responsável pela arrecadação, fiscalização e cobrança de contribuições e demais recursos;
- **INAMPS** – Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social – autarquia responsável pela saúde;
- **LBA** – Fundação Legião Brasileira de Assistência – fundação responsável pela assistência social;
- **FUNABEM** – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – fundação responsável pela promoção de política social em relação ao menor;
- **CEME** – Central de Medicamentos – órgão ministerial que distribuía medicamentos;
- **DATAPREV** – Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social – empresa pública que gerencia os sistemas de informática previdenciários.

Em 1990, a Lei 8.029/90 criou o INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, a partir da junção do **Instituto Nacional de Previdência Social – INPS com o IAPAS – Instituto de Administração Financeira da Previdência Social**. Foi a junção do setor de arrecadação da Previdência Social (IAPAS) com o setor de benefícios (INPS) que originou o INSS.

Alternativas “a”, “c”, “d” e “e”, erradas. Estas alternativas não refletem o que acabamos de explicar sobre a criação do INSS.

06. (Cespe – Procurador do Estado – AL/ 2008). Após lenta evolução do sentimento de responsabilidade social pelo infortúnio alheio, e em face das preocupantes convulsões que afetavam o tecido social, o Estado restou obrigado a abandonar a postura de mero espectador da atividade econômica e social, com o objetivo

de restabelecer um equilíbrio mínimo nas relações sociais. Essa situação é realizada mediante a edição de leis que alteram a disciplina geral do direito privado, reduzindo o espaço até então ilimitado da autonomia da vontade, e pela instituição de políticas de inclusão social, as quais geram obrigações jurídicas para o Estado no atendimento aos mais necessitados. Surgiu o estado de bem-estar social ou *welfare state*, que, propiciando uma integração mais efetiva entre o Estado e a sociedade, acabou com o predomínio do direito privado. Em um contexto no qual o trabalho é a pedra angular da ordem social, exurgiu a seguridade social como elemento de relevância nuclear para o desenvolvimento e a manutenção da dignidade da pessoa humana, sendo-lhe atribuída a tarefa hercúlea – ideal quase inatingível, mas que deve ser incessantemente perseguido – de garantir a todos um mínimo de bem-estar nas situações geradoras de necessidade social.

Daniel Machado da Rocha, José Paulo Baltazer Júnior e Andrei Pttten Velloso. Comentários à lei do custeio da seguridade social. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2005, p. 23-4 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, assinale a opção incorreta.

- a) A formação de um sistema de proteção social no Brasil, a exemplo do que se verificou na Europa, se deu por um lento processo de reconhecimento da necessidade de que o Estado intervenha para suprir deficiências da liberdade absoluta – postulado fundamental do liberalismo clássico –, partindo do assistencialismo para o seguro social, e deste para a formação da seguridade social.
- b) O Brasil só veio a conhecer verdadeiras regras de caráter geral em matéria de previdência social no século XX. Antes, apesar de haver previsão constitucional a respeito do tema, apenas em diplomas isolados aparecia alguma forma de proteção contra infortúnios.
- c) A doutrina majoritária considera como marco inicial da previdência social brasileira a publicação do Decreto Legislativo nº 4.682/1923, mais conhecido como Lei Eloy Chaves, que criou as caixas de aposentadoria e pensões nas empresas de estradas de ferro existentes, sistema mantido e administrado pelo Estado, sendo certo que, antes da referida norma, não havia no Brasil diploma legislativo instituidor de aposentadorias e pensões.
- d) A Constituição de 1934 foi a primeira a estabelecer, em texto constitucional, a forma tripartite de custeio: contribuição dos trabalhadores, dos empregadores e do poder público.
- e) O RGPS, nos termos da CF atual, não abriga a totalidade da população economicamente ativa, mas somente aqueles que, mediante contribuição e nos termos da lei, fizerem jus aos benefícios, não

sendo abrangidos por outros regimes específicos de seguro social.

COMENTÁRIOS

☞ **Nota dos autores:** a questão exige do candidato conhecimento acerca da evolução histórica da Seguridade Social no Brasil. **Atendem que a questão pede ao candidato que aponte a alternativa incorreta.**

Alternativa incorreta: letra “c”: A doutrina majoritária considera o **marco da previdência social brasileira** a publicação da **Lei Eloy Chaves**, Decreto-Legislativo 4.682, de 24/01/23, que criou as **Caixas de Aposentadoria e Pensão – CAP’s** – para os empregados das empresas ferroviárias, mediante contribuição dos empregadores, dos trabalhadores e do Estado, assegurando aposentadoria aos empregados e pensão aos seus dependentes. **Entretanto**, o instrumento normativo constitucional pioneiro na criação do instituto da aposentadoria foi a **Constituição de 1891**, que criou a **aposentadoria por invalidez para os servidores públicos**, custeada pela nação.

Registre-se que em **1821**, o Decreto de 1º de outubro concedeu aposentadoria aos mestres e professores após 30 anos de serviço. Já em **1888**, criou-se a Caixa de Socorros para os trabalhadores das estradas de ferro de propriedade do Estado (Lei 3.397) e o Decreto 9.912-A previu a aposentadoria dos empregados dos Correios, após 30 anos de serviço e 60 anos de idade.

Alternativa “a”: correta. A alternativa é verdadeira. O seguro social brasileiro iniciou-se com a organização privada, sendo que, aos poucos, o Estado foi apropriando-se do sistema por meio de políticas intervencionistas. Atualmente, o Estado é o responsável direto pela administração do sistema.

Alternativa “b”: correta. A alternativa é verdadeira. De fato, a consolidação da previdência social brasileira se inicia com a Lei Eloy Chaves de 1923, seguida da formação das Caixas de Aposentadoria e Pensão por empresas e dos Institutos de Aposentadoria e Pensão por categoria profissional. Antes do século XX, realmente, as normas existentes eram diplomas isolados, a exemplo da Constituição de 1891, que previa aposentadoria por invalidez apenas para os servidores públicos.

Alternativa “d”: correta. A alternativa é verdadeira. A **Constituição Federal de 1934** foi a primeira a estabelecer a **tríplice forma de custeio**, com contribuição do Governo, dos empregadores e dos trabalhadores. Vejamos a alínea h, do § 1º, do art. 121, da CF/1934: “h) assistência médica e sanitária ao trabalhador e à gestante, assegurando a esta descanso antes e depois do parto, sem prejuízo do salário e do emprego, e instituição de previdência, mediante **contribuição igual da União, do empregador e do empregado**, a favor da velhice, da invalidez, da maternidade e nos casos de acidentes de trabalho ou de morte”.

Alternativa “e”: correta. A alternativa é verdadeira. O regime geral abriga apenas aos segurados obrigatórios e àqueles que optam por se vincular ao sistema mediante contribuição, cabendo aos regimes próprios a proteção dos servidores públicos de cargo efetivo e à assistência social a proteção dos necessitados.

07. (Cespe – Procurador do Estado – CE/ 2008) A seguridade social deve ser compreendida como um sistema que procura solucionar riscos sociais que evidenciam necessidades específicas capazes de provocar graves desequilíbrios que comprometam a ordem social. Com relação à seguridade social brasileira, assinale a opção correta.

- A Lei Eloy Chaves é apontada como o marco inaugural da previdência social no Brasil, por ter sido a primeira iniciativa do poder público que visava amparar os trabalhadores contra os riscos sociais. Ela foi criada como seguro social e de acordo com o modelo bismarquiano.
- As instituições privadas têm livre acesso à prestação de serviços de assistência na área de saúde, e participam de forma complementar ao sistema único, sendo vedada, entretanto, a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções para essas instituições.
- Em obediência ao princípio da igualdade, corolário da dignidade da pessoa humana, não é possível a adoção de requisitos diferenciados para concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social.
- A previdência social pública brasileira organiza-se basicamente em regimes próprios, destinados aos servidores públicos titulares de cargos efetivos, e regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória para os demais trabalhadores. Este, entre outros riscos sociais, dá cobertura aos eventos de doença, invalidez, morte, idade avançada e desemprego involuntário.
- O legislador constituinte originário, com objetivo de dar maior abrangência e cuidado possíveis à questão dos riscos sociais, estabeleceu que as ações presentes no Título da Ordem Social, da Constituição Federal, corresponderiam às iniciativas dos poderes públicos e da sociedade para proteção do direito ao bem-estar e da justiça social, representados pelas ações que integram a seguridade social.

COMENTÁRIOS

☞ **Nota dos autores:** a questão exige do candidato conhecimento acerca da evolução histórica da Seguridade Social no Brasil.

Alternativa correta: letra “d”: No Brasil existem três tipos de regimes previdenciários: **Regime Geral de Previdência Social (RGPS)**, previsto no art. 201, da

CF/88; **Regimes Próprios de Previdência Social dos Servidores Públicos** da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (RPPS), constituídos exclusivamente por servidores públicos titulares de cargos efetivos dos respectivos entes federados, previsto no art. 40 da CF/88 e **Regime de Previdência Privada**, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, previsto no art. 202, da CF/88.

O RGPS atende a: "I – cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada; II – proteção à maternidade, especialmente à gestante; III – proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário; IV – salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda; V – pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes..."

Alternativa "a": está errada. A doutrina majoritária considera o marco da previdência social brasileira a publicação da Lei Eloy Chaves, que criou as Caixas de Aposentadoria e Pensão – CAP's – para os empregados das empresas ferroviárias, mediante contribuição, assegurando aposentadoria aos empregados e pensão aos seus dependentes.

Apesar de a Lei Eloy Chaves ser considerada o marco da previdência social brasileira, antes deste Diploma já existiam iniciativas dos poderes públicos em matéria previdenciária, a exemplo da aposentadoria por invalidez do servidor público, prevista na Constituição de 1891 e do seguro obrigatório de acidente do trabalho, instituído pela Lei 3.724/19.

Desta forma, a alternativa está incorreta ao afirmar que a Lei Eloy Chaves foi a **primeira** iniciativa do Poder Público que visava amparar os trabalhadores contra os riscos sociais.

Alternativa "b": está errada. O art. 199, § 2º, da CF/88 apenas veda a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas **com fins lucrativos**, não se aplicando esta regra às entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

Vejamos:

"§ 1º – As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

§ 2º – É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos."

Alternativa "c": está errada. O art. 201, § 1º, da CF/88 veda a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, **ressaltando os casos de atividades exercidas sob condições**

especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física e quando se tratar de **segurados portadores de deficiência, nos termos de lei complementar.**

Alternativa "e": está errada. O Título da Ordem Social do Constituição Federal de 1988 contém 5 Capítulos, conforme segue:

Capítulo I – Disposição Geral

Capítulo II – Da Seguridade Social

Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto

Capítulo IV – Da Ciência e Tecnologia

Capítulo V – Da Comunicação Social

Capítulo VI – Do Meio Ambiente

Capítulo VII – Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso

Capítulo VIII – Dos Índios

Em verdade, apenas o Capítulo II, do Título da Ordem Social é que representa as ações que integram a seguridade social. Os demais capítulos não estão relacionados à cobertura dos riscos sociais, conforme afirmado, equivocadamente, da alternativa.

08. (Juiz Federal Substituto do TRF 1ª Região 2006 – Organizado pelo Próprio TRF) O direito à pensão especial de seringueiros, conhecidos como soldados da borracha, estreou no ordenamento positivo com a

- Constituição de 1967;
- Constituição de 1946;
- Constituição de 1988;
- Constituição de 1969 (EC nº 1/69).

COMENTÁRIOS

🔍 **Nota dos autores:** Esta questão fugiu completamente ao padrão das provas de concurso público, exigindo um conhecimento aprofundado acerca de um benefício assistencial especial, pouquíssimo abordado pela doutrina previdenciária.

Alternativa correta: letra "c". De fato, tal benefício ingressou no ordenamento jurídico com a Carta de 1988, no artigo 54, do ADCT, que estabelece:

Art. 54. Os seringueiros recrutados nos termos do Decreto-Lei nº 5.813, de 14 de setembro de 1943, e amparados pelo Decreto-Lei nº 9.882, de 16 de setembro de 1946, receberão, quando carentes, pensão mensal vitalícia no valor de dois salários mínimos.

§ 1º – O benefício é estendido aos seringueiros que, atendendo a apelo do Governo brasileiro, contribuíram para o esforço de guerra, trabalhando na produção de borracha, na Região Amazônica, durante a Segunda Guerra Mundial.

§ 2º – Os benefícios estabelecidos neste artigo são transferíveis aos dependentes reconhecidamente carentes.

§ 3º – A concessão do benefício far-se-á conforme lei a ser proposta pelo Poder Executivo dentro de cento e cinquenta dias da promulgação da Constituição.

09. (Cespe – Analista Legislativo – Consultor Legislativo – Câmara dos Deputados/2014) Acerca da legislação previdenciária, especialmente no que se refere às suas fontes, autonomia, vigência e interpretação, julgue o item que segue:

Ao se utilizar do método de interpretação teleológica o intérprete busca compatibilizar o texto legal a ser interpretado com as demais normas que compõem o ordenamento jurídico, visualizando a lei objeto de interpretação como parte de um todo.

COMENTÁRIOS

Questão errada. O método de interpretação teleológica ou finalística busca o fim desejado pela lei, não sendo suficiente apenas a leitura da letra da norma. Esta é, sem dúvida, a forma de interpretação que mais aproxima a aplicação da lei no caso concreto ao seu verdadeiro “espírito”.

O método de interpretação **sistemática** é que analisa todo o ordenamento jurídico, buscando textos de outros ramos do Direito para que se possa detectar qual é o sentido da norma previdenciária em análise.

10. (Cespe – Analista Legislativo – Consultor Legislativo – Câmara dos Deputados/2014) Com relação à evolução histórica e à organização institucional da previdência social, julgue o item a seguir:

A Constituição Federal de 1934 inovou a ordem constitucional brasileira no que se refere à fonte do custeio previdenciário, que passou a ser triplíce, provinda de contribuições do Estado, do trabalhador e do empregador.

COMENTÁRIOS

Questão correta. A Constituição Federal de 1934 foi a primeira a estabelecer a triplíce forma de custeio, com contribuição do Governo, dos empregadores e dos trabalhadores.

11. (Cespe – Analista Legislativo – Consultor Legislativo – Câmara dos Deputados/2014) Com relação à evolução histórica e à organização institucional da previdência social, julgue o item a seguir:

Embora a Lei Eloy Chaves, de 1923, seja considerada, na doutrina majoritária, o marco da previdência social no Brasil, apenas em 1960, com a aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social, houve a uniformiza-

ção do regramento de concessão dos benefícios pelos diversos institutos de aposentadoria e pensão então existentes.

COMENTÁRIOS

Questão correta. Em 1960 foi aprovada a Lei Orgânica da Previdência Social – LOPS, que marca a unificação dos critérios estabelecidos nos diversos IAP’s até então existentes para concessão de benefícios dos diversos Institutos, persistindo ainda a estrutura dos IAP’s. Os trabalhadores rurais e os domésticos continuavam excluídos da previdência social.

12. (Cespe – Analista Legislativo – Consultor Legislativo – Câmara dos Deputados/2014) Com relação à evolução histórica e à organização institucional da previdência social, julgue o item a seguir:

A Constituição de Weimar, de 1919, foi o primeiro diploma legal de magnitude constitucional em que se tratou de tema previdenciário.

COMENTÁRIOS

Questão errada. Atenção! As primeiras leis previdenciárias surgiram na Alemanha, entretanto **a primeira Constituição a tratar do tema foi a Carta Mexicana de 1917**, seguida pela Constituição Alemã de Weimar, em 1919.

13. (Cespe – Analista Legislativo – Consultor Legislativo – Câmara dos Deputados/2014) Acerca da seguridade social, julgue o item que segue:

Entre os principais marcos legislativos referentes à seguridade social incluem-se a edição do *Poor Relief Act* (Lei dos Pobres), em 1601, na Inglaterra, e a criação do seguro-doença, em 1883, na Alemanha.

COMENTÁRIOS

Questão correta. A seguridade social, como regime protetivo, surgiu a partir da luta dos trabalhadores por melhores condições de vida. As primeiras normas protetivas editadas tiveram caráter eminentemente assistencial. Em 1601, foi editado na Inglaterra o *Poor Relief Act* (Lei dos Pobres), que instituiu auxílios e socorros públicos aos necessitados.

Sob a ótica previdenciária, o primeiro ordenamento legal foi editado na Alemanha, por Otto Von Bismarck, em 1883, com a instituição do seguro-doença. No ano seguinte, foi criada a cobertura compulsória para os acidentes de trabalho. Neste mesmo país, em 1889, foi criado o seguro de invalidez e velhice.

14. (Cespe – Analista Legislativo – Consultor Legislativo – Câmara dos Deputados/2014) Acerca da legislação previdenciária, especialmente no que se refere às suas fontes, autonomia, vigência e interpretação, julgue o item que segue:

A vigência da lei de natureza previdenciária segue a regulamentação da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, de modo que, salvo disposição contrária, entra em vigor quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.

COMENTÁRIOS

Questão correta. A assertiva está de acordo com o disposto no art. 1º, do Decreto Lei 4657/42, Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

15. (Cespe – Analista Legislativo – Consultor Legislativo – Câmara dos Deputados/2014) Acerca da legislação previdenciária, especialmente no que se refere às suas fontes, autonomia, vigência e interpretação, julgue o item que segue:

As fontes formais do direito previdenciário incluem a CF e as Leis nº 8.212/1991 e nº 8.213/1991.

COMENTÁRIOS

Questão correta. As fontes formais são manifestações do Direito formadoras do próprio Direito Previdenciário, podendo subdividir-se em estatais e não-estatais.

São fontes não-estatais a doutrina e o costume. Doutrina é o conjunto de produções científicas dos estudiosos da matéria. O costume é a prática reiterada de determinadas condutas, com a convicção de necessidade jurídica (elemento objetivo e subjetivo). As fontes formais estatais englobam a Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos, resoluções do Senado. Englobam, também, decretos regulamentares do poder executivo, instruções ministeriais, circulares, portarias, ordem de serviço e normas individuais.

16. (Cespe – Analista Legislativo – Consultor Legislativo – Câmara dos Deputados/2014) Acerca da legislação previdenciária, especialmente no que se refere às suas fontes, autonomia, vigência e interpretação, julgue o item que segue:

O direito previdenciário é classificado como ramo do direito privado, tendo reconhecida, pela doutrina majoritária, sua autonomia didática em relação a outros ramos do direito.

COMENTÁRIOS

Questão errada. Sob a ótica dualista (público e privado), o Direito Previdenciário é considerado **ramo do Direito Público**, pois o vínculo jurídico se dá obrigato-

riamente com o Estado. Registre-se com atenção que a corrente mais moderna, entretanto, rechaça esta divisão dualista do Direito. Fala-se, atualmente, da existência do chamado **Direito Social**, que englobaria os ramos trabalhista e previdenciário. Esta posição é sustentada pela maioria dos especialistas do ramo previdenciário.

Há quem defenda que o Direito Previdenciário faz parte do Direito do Trabalho, entretanto este posicionamento é minoritário. A doutrina majoritária prega a autonomia didática do Direito Previdenciário, sendo este considerado ramo próprio de estudo.

17. (Cespe – Defensor Público – ES/ 2012) A publicação, em 1954, do Decreto nº 35.448, que aprovou o Regulamento Geral dos Institutos de Aposentadorias e Pensões, é considerada, pela doutrina majoritária, o marco inicial da previdência social brasileira.

COMENTÁRIOS

Questão errada. A doutrina majoritária considera o marco da previdência social brasileira a publicação da Lei Eloy Chaves, Decreto-Legislativo 4.682, de 24/01/23, que criou as Caixas de Aposentadoria e Pensão – CAP's – para os empregados das empresas ferroviárias, mediante contribuição, assegurando aposentadoria aos empregados e pensão aos seus dependentes.

18. (CESPE – Analista Judiciário do TRT 21ª Região/2010) Julgue o seguinte item:

Até a década de 50 do século XX, a previdência social brasileira caracterizava-se pela existência de institutos previdenciários distintos que atendiam a diferentes setores da economia.

COMENTÁRIOS

Questão correta. A questão faz referência à formação de Institutos de Aposentadoria e Pensão – IAP's, os quais **eram organizados por categoria profissional**.

São exemplos de Institutos de Aposentadoria e Pensão das seguintes categorias, entre outras:

- IAPM – Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Marítimos – 1933
- IAPC – Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciantes – 1934
- IAPB – Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Bancários – 1934
- IAPI – Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários – 1936
- IAPTEC – Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Empregados em Transporte de Carga – 1938

Esse sistema perdurou até a década de 60, pois em 1967 nasceu o INPS – Instituto Nacional da Previdência Social, ocorrendo a unificação da previdência urbana.

Deste modo, o CESPE deveria ter elaborado melhor esta questão, pois foi até a década de 60, e não de 50, que perduraram os Institutos por categoria profissional.

19. (CESPE – Analista Judiciário do TRT 21ª Região/2010) Julgue o seguinte item:

Com a criação do Instituto Nacional do Seguro Social, foram unificados, nesse instituto, todos os órgãos estaduais de previdência social.

COMENTÁRIOS

Questão errada. Em verdade, o INPS foi criado pelo Decreto-Lei 72/66, que entrou em vigor apenas em 1967, a partir da **unificação dos Institutos de Aposentadoria e Pensão, e não de órgãos estaduais.**

20. (Cespe – Defensor Público – DPU/ 2010) A Lei Eloy Chaves (Decreto Legislativo nº 4.682/1923), considerada o marco da Previdência Social no Brasil, criou as caixas de aposentadoria e pensões das empresas de estradas de ferro, sendo esse sistema mantido e administrado pelo Estado.

COMENTÁRIOS

Questão errada. A doutrina majoritária considera o marco da previdência social brasileira a publicação da Lei Eloy Chaves, Decreto-Legislativo 4.682, de 24/01/23, que criou as Caixas de Aposentadoria e Pensão – CAP's – para os empregados das empresas ferroviárias. Entretanto, esse sistema não era mantido e administrado pelo Estado, mas sim mediante **contribuição dos empregadores e dos trabalhadores e o controle do Estado**, assegurando aposentadoria aos empregados e pensão aos seus dependentes.

O artigo 3º, da referida lei, trata do financiamento da Caixa de Aposentadoria e Pensão por ela criada. Vejamos:

Art. 3º Formação os fundos da Caixa a que se refere o art. 1º:

a) uma contribuição mensal dos empregados, correspondente a 3% dos respectivos vencimentos;

b) uma contribuição annual da empresa, correspondente a 1% de sua renda bruta;

c) a somma que produzir um augmento de 1,5% sobre as tarifas da estrada de ferro;

d) as importancias das joias pagas pelos empregados na data da criação da caixa e pelos admitidos posteriormente, equivalentes a em mez de vencimentos e pagas em 24 prestações mensaes;

e) as importancias pagas pelos empregados correspondentes à diferença no primeiro mez de vencimentos, quando promovidos ou

augmentados de vencimentos, pagas tambem em 24 prestações mensaes;

f) o importe das sommas pagas a maior e não reclamadas pelo público dentro do prazo de um anno;

g) as multas que attingam o público ou o pessoal;

h) as verbas sob rubrica de venda de papel velho e varreduras;

i) os donativos e legados feitos á Caixa;

j) os juros dos fundos accumulados.

21. (MP ES/Promotor de Justiça/2010) Antes do Decreto Legislativo nº 4.682, de 24/1/1923, conhecido como Lei Eloy Chaves, não existia nenhuma legislação em matéria previdenciária no Brasil. Por esse motivo, o dia 24 de janeiro é considerado oficialmente o dia da previdência social.

COMENTÁRIOS

ERRADA. Realmente o dia 24 de janeiro é considerado o dia da previdência social no Brasil, em razão da Lei Eloy Chaves. Contudo, o enunciado é falso, pois existiam pontuais normas sobre previdência social antes de 1923 no nosso país.

Registre-se, inicialmente, que a Constituição de 1891 foi a primeira brasileira a prever diretamente um benefício previdenciário, pois o seu artigo 75 garantia a aposentadoria por invalidez aos funcionários públicos que se tornaram inválidos a serviço na nação, mesmo sem existir o pagamento de contribuições previdenciárias.

Em 1821, o Decreto de 1º de outubro concedeu aposentadoria aos mestres e professores após 30 anos de serviço. Já em 1888, criou-se a Caixa de Socorros para os trabalhadores das estradas de ferro de propriedade do Estado (Lei 3.397) e o Decreto 9.912-A previu a aposentadoria dos empregados dos Correios, após 30 anos de serviço e 60 anos de idade.

22. (Cespe – Técnico do Seguro Social – INSS/2008)

Em relação ao Instituto Nacional do Seguro Social, a seu histórico e estrutura, julgue o item a seguir.

As gerências executivas são órgãos descentralizados da estrutura administrativa do INSS; entretanto a escolha e a nomeação dos gerentes executivos são feitas diretamente pelo ministro da Previdência Social sem necessidade de observação a critérios especiais de seleção.

COMENTÁRIOS

✪ **Nota dos autores:** O atual Regimento Interno do INSS foi aprovado pelo Decreto 7.556/2011.

Questão errada. De acordo com o artigo 4º, § 1º, do Regimento Interno do INSS, “os Gerentes-Executivos serão escolhidos dentre os servidores ocupantes de cargos efetivos, pertencentes ao quadro de pessoal do INSS, a partir de processo de seleção interna que observará o mérito profissional e as competências requeridas para o exercício da gerência, mediante adesão espontânea dos servidores, observadas a forma, as condições e os requisitos definidos em portaria ministerial”.

23. (Cespe – Técnico do Seguro Social – INSS/2008)

Em relação ao Instituto Nacional do Seguro Social, a seu histórico e estrutura, julgue o item a seguir.

A fusão da Secretaria da Receita Federal com a Secretaria da Receita Previdenciária centralizou em apenas um órgão a arrecadação da maioria dos tributos federais. Contudo, a fiscalização e a arrecadação das contribuições sociais destinadas aos chamados terceiros – SESC, SENAC, SESI, SENAI e outros – permanecem a cargo do INSS.

COMENTÁRIOS

Questão errada. Não apenas a arrecadação das contribuições para a seguridade social passou a ser competência da Secretaria da Receita Federal do Brasil, sendo extensível às contribuições devidas a terceiros, nos moldes do artigo 3º, da Lei 11.457/2007.

24. (Cespe – Técnico do Seguro Social – INSS/2008)

Em relação ao Instituto Nacional do Seguro Social, a seu histórico e estrutura, julgue o item a seguir.

O Instituto Nacional do Seguro Social, autarquia federal atualmente vinculada ao Ministério da Previdência Social, surgiu, em 1990, como resultado da fusão do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) e o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS).

COMENTÁRIOS

❖ **Nota dos autores:** Com o advento da Lei 11.457/2007, a principal função administrativa do INSS se reduziu a gerir o plano de benefícios e serviços do RGPS, pois a Autarquia Federal não mais detém a atribuição de arrecadação das contribuições previdenciárias, que atualmente é da União, através da Secretaria de Receita Federal do Brasil.

Questão errada. O INSS – Instituto Nacional do Seguro Social¹ é uma autarquia federal criada pela Lei

8.029/90, fruto da fusão do IAPAS – Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social com o INPS – Instituto Nacional de Previdência Social, a quem compete a administração do plano de benefícios e serviços do Regime Geral de Previdência Social.

25. (CESPE – Defensor Público do Estado do Ceará/2008) Julgue o seguinte item:

No ordenamento jurídico brasileiro, a primeira referência a instituições que promovessem ações relacionadas ao que hoje se denomina seguridade social foi feita pela Constituição de 1824, que criou as casas de socorros, consideradas embriões das santas casas de misericórdia.

COMENTÁRIOS

Questão correta. De fato, a primeira referência no ordenamento jurídico brasileiro relativa à seguridade social foi a criação das casas de socorros públicos, na Constituição de 1824. Questionamos, apenas, se este ato foi, de fato, o embrião das santas casas, como afirma a questão. Isso porque as muitas destas instituições foram fundadas antes mesmo da primeira constituição. A primeira entidade a atuar na seguridade social, por exemplo, foram as santas casas da misericórdia de Santos, que, em 1553, prestava serviços no ramo da assistência social.

De toda forma, a questão foi tida como correta pela banca examinadora.

26. (Procurador do Município – Prefeitura Aracaju-SE/2008 – CESPE) Julgue os itens subsequentes, relacionados à seguridade social e a seu custeio.

A positivação do modelo de seguridade social na ordem jurídica nacional ocorreu a partir da Constituição de 1937, seguindo o modelo do bem-estar social, em voga na Europa naquele momento. No caso brasileiro, as áreas representativas dessa forma de atuação são saúde, assistência e previdência social.

COMENTÁRIOS

ERRADO. A doutrina majoritária considera o marco da previdência social brasileira a publicação da Lei Eloy Chaves, Decreto-Legislativo 4.682, de

recebimento de benefícios por ela administrados, assegurando agilidade, comodidade aos seus usuários e ampliação do controle social”.

Além desta função, caberá ao INSS, ainda, nos termos do artigo 5º, da Lei 11.457/2007: “I – emitir certidão relativa a tempo de contribuição; II – gerir o Fundo do Regime Geral de Previdência Social; III – calcular o montante das contribuições referidas no art. 2º desta Lei e emitir o correspondente documento de arrecadação, com vistas no atendimento conclusivo para concessão ou revisão de benefício requerido”.

1 De acordo com o artigo 1º do regimento do INSS, aprovado pelo Decreto 6.934/2009, “o Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, autarquia federal, com sede em Brasília – Distrito Federal, vinculada ao Ministério da Previdência Social, instituída com fundamento no disposto no art. 17 da Lei no 8.029, de 12 de abril de 1990, tem por finalidade promover o reconhecimento, pela Previdência Social, de direito ao

24/01/23, que criou as Caixas de Aposentadoria e Pensão – CAP's – para os empregados das empresas ferroviárias, mediante contribuição, assegurando aposentadoria aos empregados e pensão aos seus dependentes. O instrumento normativo pioneiro na criação do instituto da aposentadoria foi a Constituição de 1891, que criou a aposentadoria por invalidez para os servidores públicos, custeada pela nação. Assim, mesmo antes da Constituição Federal de 1937, as normas previdenciárias já estavam positivadas no ordenamento jurídico nacional.

A Constituição de 1946 marcou a primeira tentativa de sistematizar as normas de proteção social. Mas foi somente em 1967, com a criação do INPS – Instituto Nacional da Previdência Social (Decreto-Lei 72/66, que entrou em vigor apenas em 1967), que se deu a consolidação do sistema previdenciário brasileiro.

A seguridade social foi positivada no Brasil somente com o advento da Constituição Federal de 1988 (artigos 194/204).

27. (CESPE – Paraná Previdência – Advogado Pleno/2007) Julgue o seguinte item:

No Brasil, o primeiro texto constitucional a adotar e tratar da criação das casas de socorros públicos foi a Constituição da República de 1824.

COMENTÁRIOS

✚ **Nota dos autores:** A questão foi completamente atípica, tratando de tema pouco explorado pela doutrina e jamais cobrado em provas de concurso público.

Questão correta. Realmente, foi a Constituição de 1924 que tratou, em seu artigo 179, inciso XXXI, dos socorros públicos, sendo este o primeiro ato securitário com previsão constitucional.

28. (CESPE – Paraná Previdência – Advogado Pleno/2007) Julgue o seguinte item:

O Decreto-legislativo nº 4.682, de 24/01/1923 – famosa Lei Eloy Chaves – é considerado, pela maioria dos autores, o marco inicial da previdência social no Brasil, tendo determinado a criação de uma caixa de aposentadoria e pensões para os empregados em empresas de estrada de ferro.

COMENTÁRIOS

Questão correta. A Lei Eloy Chaves é considerada o marco da Previdência Social brasileira. Em 24 de janeiro de 1923, esta "Lei" foi publicada na forma do Decreto nº 4682, que criou, em cada uma das empresas de estrada de ferro existentes no País, uma Caixa de Aposentadoria e Pensão para os respectivos empregados.

29. (CESPE – Paraná Previdência – Advogado Pleno/2007) Julgue o seguinte item:

A partir de 1933, o governo abandonou o método de criar pequenas instituições (caixas) previdenciárias porque elas, muitas vezes, não tinham condições financeiras para arcar com os benefícios previdenciários dos seus segurados, criando entidades de âmbito nacional, nas quais foram englobados trabalhadores de uma mesma atividade.

COMENTÁRIOS

Questão correta. Na década de 30, as 183 CAP's existentes foram reunidas, com a formação de Institutos de Aposentadoria e Pensão – IAP's. Tais Institutos **eram organizados por categoria profissional**, dando mais solidez ao sistema previdenciário, já que os IAP's contavam com um número de segurados superior às CAP's, tornando o novo sistema mais consistente.

A partir da fusão das CAP's das empresas das diversas categorias profissionais, surgiram, então, os Institutos de Aposentadoria e Pensão das seguintes categorias:

- **IAPM** – Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Marítimos – 1933
- **IAPC** – Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciantes – 1934
- **IAPB** – Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Bancários – 1934
- **IAPI** – Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários – 1936
- **IAPTEC** – Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Empregados em Transporte de Carga – 1938

O processo de unificações das CAP's perdurou até a década de 50, com a criação de institutos de diversas outras categorias profissionais.

30. (CESPE – Paraná Previdência – Advogado Pleno/2007) Julgue o seguinte item:

A Lei nº 3.807/1960 (Lei Orgânica da Previdência Social) uniformizou a legislação previdenciária das diferentes categorias de trabalhadores, amparadas por distintos institutos previdenciários.

COMENTÁRIOS

Questão correta. A importância histórica da Lei Orgânica da Previdência Social – LOPS deve-se ao fato de ela ter sido a responsável pela unificação da legislação previdenciária dos diversos IAP's existentes. Com isso, abriu-se o caminho para a unificação de todos os Institutos em um único, o INPS.

31. (CESPE – Paraná Previdência – Advogado Pleno/2007) Julgue o seguinte item:

A LBA e a FUNABEM foram partes integrantes do SINPAS, criado pela Lei nº 6.439/1977.

COMENTÁRIOS

Questão correta. O SINPAS – Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social foi o responsável pela integração das áreas de assistência social, previdência social, assistência médica e gestão das entidades ligadas ao Ministério da Previdência e Assistência Social. O SINPAS contava com os seguintes órgãos:

- **INPS** – Instituto Nacional de Previdência Social – autarquia responsável pela administração dos benefícios;
- **IAPAS** – Instituto de Administração Financeira da Previdência Social – autarquia responsável pela arrecadação, fiscalização e cobrança de contribuições e demais recursos;
- **INAMPS** – Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social – autarquia responsável pela saúde;
- **LBA** – Fundação Legião Brasileira de Assistência – fundação responsável pela assistência social;
- **FUNABEM** – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – fundação responsável pela promoção de política social em relação ao menor;
- **CEME** – Central de Medicamentos – órgão ministerial que distribuía medicamentos;
- **DATAPREV** – Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social – empresa pública que gerencia os sistemas de informática previdenciários.

32. (CESPE – AGU Advogado da União/2006) Após o modelo de previdência social concebido por William Beveridge, implantado na Inglaterra a partir de 1946, novos sistemas surgiram no cenário mundial: o social-democrata, adotado nos países nórdicos, cujo objetivo era assegurar rendas a todos mediante redistribuição igualitária; e o liberal ou residual, cujo exemplo mais expressivo é o do Chile, caracterizado, especialmente, pela individualização dos riscos sociais.

COMENTÁRIOS

Questão correta: O Plano Beveridge, apresentado ao Parlamento Inglês em 1942 e implantado a partir de 1946, marca a estrutura da seguridade social moderna, com a participação universal de todas as categorias de trabalhadores e a cobrança compulsória de contribuições para financiar as três áreas da seguridade: saúde, previdência social e assistência social. Alguns países adotaram o modelo do Welfare State (Estado do Bem-Estar Social), sendo o Estado o grande gestor da seguridade social. Outros países, adeptos do neoliberalismo,

pregando uma menor intervenção estatal na economia, privatizaram o modelo de previdência social, com a individualização dos riscos sociais. O Chile, de fato, foi o pioneiro deste segundo grupo.

33. (Cespe – Defensor Público – DPU/ 2004) O falecimento recente de Leonel Brizola recordou uma das correntes ideológicas mais importantes na história brasileira: o trabalhismo, resultante da política adotada pelo governo Vargas a partir de 1930 e cujo ideário constituiu um conjunto de políticas no fortalecimento do sindicalismo, na criação da justiça do trabalho e na política previdenciária caracterizada pela organização de caixas de aposentadoria e pensão segmentadas por empresas e de natureza privada.

COMENTÁRIOS

Questão errada. Observem que o sistema de Caixas de Aposentadoria e Pensão – **CAP's**, foi ampliado durante a **década de 20**. Note-se que as CAP's eram organizadas por empresas. Cada empresa possuía sua Caixa. Na **década de 30, houve a reunião das 183 CAP's existentes, com a formação de Institutos de Aposentadoria e Pensão – IAP's**. Tais Institutos eram **organizados por categoria profissional**, dando mais solidez ao sistema previdenciário, já que os IAP's contavam com um número de segurados superior às CAP's, tornando o novo sistema mais consistente.

34. (Cespe – Defensor Público – DPU/ 2004) Cientificamente, o direito é uno, portanto, não se considera a autonomia de um ramo em relação a outro. Contudo, para fins didáticos, em relação à seguridade social, o ordenamento jurídico brasileiro e a doutrina adotaram a teoria monista, reconhecendo que o direito da seguridade social vincula-se ao direito do trabalho.

COMENTÁRIOS

Questão errada. Há quem defenda que o Direito Previdenciário faz parte do Direito do Trabalho (teoria monista), entretanto este posicionamento é minoritário. **A doutrina majoritária prega a autonomia didática do Direito Previdenciário (teoria dualista)**, sendo este considerado ramo próprio de estudo. A Constituição Federal reservou capítulo próprio para tratar da seguridade social (título VIII, capítulo II).

✦ DICAS (RESUMO)

O quadro abaixo apresenta um resumo dos principais fatos históricos relacionados à seguridade social e sua evolução no Brasil e no mundo, que podem ser alvo de questionamento em concurso público:

HISTÓRICO MUNDIAL	
ANO	FATO OCORRIDO
1601	Lei dos Pobres, na Inglaterra , com caráter assistencial.
1883	Criação do auxílio-doença, na Alemanha .
1884	Criação da cobertura para acidentes de trabalho, na Alemanha .
1889	Criação do seguro de invalidez e velhice, na Alemanha .
1917	Constituição Mexicana , considerada a primeira a estruturar uma previdência social.
1919	Constituição Alemã de Weimar.
1935	Social Security Act, criando a previdência dos Estados Unidos .
1942	Plano Beveridge, na Inglaterra , que uniu os três ramos da seguridade: saúde, assistência social e previdência social.

HISTÓRICO BRASILEIRO	
ANO	FATO OCORRIDO
1553	Santa Casa de Santos prestava serviços assistenciais.
1835	Montepio Geral, primeira entidade de previdência privada
1891	Constituição estabeleceu aposentadoria por invalidez para os servidores públicos.
1919	Seguro obrigatório de acidentes de trabalho
1923	Lei Eloy Chave, criando as CAP's das empresas ferroviárias. Marco da previdência brasileira.
Década de 20	Ampliação das CAP's para várias outras empresas.
Década de 30	Fusão das CAP's por empresas em IAP's por categorias profissionais.
1934	Constituição estabelece a tríplice forma de custeio.
1942	Criação da Legião Brasileira da Assistência Social – LBA
1946	Constituição utiliza a expressão “previdência social”, garantindo a proteção aos eventos de doença, invalidez, velhice e morte.

1949	Regulamento Geral das CAP's remanescentes.
1960	Criação do Ministério do Trabalho e da Previdência Social e aprovação da LOPS – Lei Orgânica da Previdência Social.
1967	Criação do INPS com a unificação dos IAP's
1971	FUNRURAL, estendendo os direitos previdenciários aos rurais.
1972	Direitos previdenciários dos empregados domésticos.
1977	Instituição do SINPAS, integrando as áreas de saúde, assistência social e previdência social.
1988	Constituição utilizou, pela primeira vez, a expressão seguridade social abrangendo as áreas de saúde, assistência social e previdência social.
1990	Criação do INSS, a partir da fusão do INPS com o IAPAS
1998	Aprovada a reforma previdenciária na Constituição pela Emenda 20, publicada em 16/12/1998.
2001	Aprovação das Leis Complementares 108 e 109/2001, que disciplinam a previdência privada.
2003	Aprovação da reforma previdenciária no RPPS pela Emenda 41/2003.
2004	Criação da Secretaria da Receita Previdenciária – SRP órgão responsável pela arrecadação, cobrança e fiscalização das contribuições previdenciárias, vinculado ao Ministério da Previdência Social.
2005	Criação da Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB vinculado ao Ministério da Fazenda, resultado da fusão da SRP com a Secretaria da Receita Federal.
19/11/2005	A MP 258/05 perdeu a eficácia, já que não foi apreciada pelo Congresso Nacional no prazo constitucionalmente estabelecido, voltando a existir a SRP e a SRF.

Lei 11.457/07	Em 16/03/07 foi criada a Secretaria da Receita Federal do Brasil, a partir da junção da Secretaria da Receita Federal com a Secretaria da Receita Previdenciária, originando o cargo de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil.
Lei 12.618/12	Previsão legal para criação da previdência complementar dos servidores públicos federais – FUNPRESP.
Lei Complementar 142/2013	Regulamentou a aposentadoria dos segurados portadores de deficiência.
Lei Complementar 150/2015	Inaugurou novos direitos previdenciários em favor do empregado doméstico.
Lei 13.135/2015	Dentre outras disposições, alterou as regras de pensão por morte e auxílio-reclusão no RGPS e as regras de pensão por morte do RPPS federal.
Lei 13.457/2017	Alterou regras de carência, do auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez.

Criação no INSS. A criação do INSS deu-se com a fusão do INPS com o IAPAS. Lembrem-se de que o INPS era a autarquia responsável pela administração dos benefícios previdenciários, enquanto o IAPAS era o órgão voltado para o custeio da previdência social, contendo a estrutura de arrecadação, fiscalização e cobrança.

Questões de concursos públicos frequentemente contêm proposições, sugerindo que o INSS surgiu da fusão do INPS com o INAMPS, já que estas duas autarquias são as mais lembradas pela população. Note-se que o papel do INAMPS era o de prestação de assistência médica que, atualmente, é de competência do SUS – Sistema Único de Saúde.